

ARCABOUÇO FISCAL / Relator diz que pretende entregar o texto amanhã e, se conseguir aval de Arthur Lira, a apreciação será na semana que vem. Segundo Pacheco, no Senado, a aprovação ocorrerá com "sentimento de urgência"

Votação deve ser na terça-feira

» TAÍSA MEDEIROS

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Cajado disse que o texto está maduro e que os impactos positivos da medida vão "transpassar" a gestão do presidente Lula

O novo arcabouço fiscal tomou forma e tem chances significativas de ser votado na terça-feira. Foi o que afirmou o relator do texto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), ontem, em reunião com membros da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Conforme Cajado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), expressou essa intenção. Caso a data da apreciação seja confirmada, o relatório final será divulgado amanhã.

Cajado também se reuniu, ontem, com as bancadas do PL e do PSDB. Ele disse que o texto está maduro e que os impactos positivos da medida vão "transpassar" a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Temos de imaginar que o governo foi democraticamente eleito, e não podemos deixar de dar os instrumentos necessários para que cumpra com suas promessas, porém, com equilíbrio das contas públicas", frisou.

O deputado destacou as perspectivas de que o novo arcabouço fiscal gere aumento na arrecadação do governo. "Acredito que, nas conversas que eu tive com a ministra Simone Tebet (do Planejamento e Orçamento), com Fernando Haddad (da Fazenda), há possibilidade, sim, para que o governo aumente a arrecadação sem elevar a carga tributária", ressaltou.

Além da aprovação do novo arcabouço fiscal, contudo, a reforma tributária, debatida no grupo de trabalho (GT) na Câmara, precisa ser apreciada. O relator frisou a importância de

as duas matérias serem sancionadas, para o país ter maior segurança nas contas públicas.

"Votando o marco (do saneamento), votando a reforma tributária, teremos a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) com todos os números macroeconômicos. Isso vai trazer segurança", argumentou.

A tramitação rápida da matéria vem sendo defendida,

também, por outras lideranças. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, ontem, que a proposta de arcabouço fiscal será aprovada com urgência.

"É uma opção do novo governo, nós vamos aceitar. Já foi encaminhado o projeto de lei complementar, será aprovado certamente na Câmara dos Deputados. Chegando ao

Senado Federal, nós também o aprovaremos, com o sentimento de urgência que o caso impõe", garantiu.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também apostou que a aprovação, pelos deputados, será na próxima semana. Segundo ele, Lula deve se reunir, nesta semana, com Cajado para alinhar os últimos pontos.

Sanções

Cajado defendeu que não existam punições para o descumprimento das metas estabelecidas pelo arcabouço. O deputado reconheceu a preocupação com o cumprimento dos objetivos estabelecidos, mas defendeu que as sanções não sejam encaradas "de forma draconiana". Segundo frisou, estabelecer punições faz

com que os gestores evitem buscar metas mais ambiciosas.

"O que ouvi até de técnicos é que nós não devemos encarar as sanções de forma draconiana, como se elas fossem, por si só, a solução para o problema. A Câmara é plural, tem muitas ideias e sugestões, nós vamos encontrar o ponto de equilíbrio que tenha sustentabilidade e efetividade", argumentou.

Saneamento: governo otimista

O cenário que ocorreu na Câmara, na semana passada, após a votação que derrubou as alterações do governo no Marco do Saneamento não deve se repetir no Senado, segundo a avaliação do líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA). Ele afirmou que sente "clima diferente" para a tramitação da matéria.

No último dia 3, os deputados derrubaram as mudanças feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A votação foi por 295 votos a 136, impondo a primeira grande

derrota do governo no Congresso. O Planalto trabalha para tentar reverter o panorama no Senado.

"Acho que algumas coisas que realmente estavam, talvez, não andando na velocidade necessária começaram a andar numa velocidade mais adequada. Portanto, acho que o ambiente já é diferente, mas não posso fazer juízo de valor de eventual insatisfação da Câmara. No Senado, por enquanto, não sinto esse mesmo clima", afirmou Jaques Wagner, após reunião com lideranças da

base governista no Congresso e ministros de Estado.

Para o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), houve "fake news na tramitação" do decreto. "Conseguimos avançar para um consenso com os líderes da base do governo aqui no Senado, o que lamentavelmente não ocorreu na Câmara", frisou. "Estou satisfeito e otimista que terá, no Senado, tempo para debate. Porque ocorreu uma fake news em relação a esses PDLs na Câmara." (TM)



ALEXANDRE GARCIA

A CORDA DA PACIÊNCIA CIDADÃ PARECE ESTAR SENDO ESTICADA, ATÉ QUE NOS RETIREM TODAS AS NOSSAS LIBERDADES

Como vai acabar?

Visitei o Parlamento português e lá me perguntaram sobre as bases constitucionais das decisões do Supremo nesses últimos anos. Respondi que sei tanto quanto os portugueses. Que se eu ler um artigo da Constituição, encontro uma norma fácil de entender; se me inteirar de decisões do Supremo sobre o mesmo tema, encontro, muitas vezes, conclusão oposta. Suponho que os juízes da Suprema Corte estejam dotados da percepção do que está implícito nas letras, palavras e frases da Constituição. Eu, parvo cidadão não-supremo, só consigo ler o que está explícito, como acredita o doutor Ulysses, presidente da Constituinte, no discurso com o qual nos entregou a Constituição. Como cobri diariamente os trabalhos dos constituintes, até com um programa semanal na tevê chamado "Brasil Constituinte", e não querendo ficar só nessa antileitura constitucional, fico augurando que os principais relatores da Carta Magna, Bernardo Cabral e Néelson Jobim, expliquem, já que não consigo, para os deputados portugueses o que está a con-

tecer. Sim, e expliquem também para os brasileiros.

Há um silêncio grande na mídia, que eu prefiro interpretar como de perplexidade. Talvez seja a reboque daquele refrão em que decisão da Justiça não se discute; se cumpre. Ou do temor, também vindo da sabedoria popular, de que não se briga com quem usa saia: mulher, padre e juiz. Já na minha rebeldia pró-justiça, não consigo me aquietar nessa antiga paixão pela Constituição. Durante o governo militar, eu andava com ela no bolso, principalmente quando presidia o centro acadêmico, na PUC, em Porto Alegre. Constituição, para mim, é garantia, fundamento, fundação, ordem. Hoje, nem os princípios do devido processo legal estão à vista, como juiz natural, inércia do juiz, Ministério Público essencial, ampla defesa, contraditório...

Meu consolo é que, almoçando com uma juíza criminal veterana, soube que ela tem a mesma dúvida sobre se vivemos num estado de direito. E o pior: ela sente isso entre a magistratura em geral. No Palácio de

Queluz, onde nasceu e morreu nosso proclamador da independência, advogados paraenses que encontrei me garantem que o estado de direito já deixou de existir. Ocioso perguntar como aconteceu, mas, sim, como deixamos que acontecesse? A quem responde o Supremo? Um mandatário de Minas Gerais, que preside o Senado e é advogado, não se percebe responsável perante o Parlamento, a Constituição, os mineiros e o país.

Eu não gostava das aulas de latim, mas aprendi muitas frases dos antigos romanos, como esta, do advogado Cícero, autor de Da República e Das Leis: Quousque tandem, Catilina, abutere patientia nostra? Até quando abusarás da nossa paciência? A corda da paciência cidadã parece estar sendo esticada, até que nos retirem todas as nossas liberdades. Um deputado português me perguntou como pode acabar. É outra resposta que não tenho. A razão me alerta que, num caso assim, um dia a corda esticada arrebenta, inevitavelmente, de um lado ou de outro, o que denuncia que não acaba bem.

Para a Karen, o melhor tempo no DF foi receber o Cartão Creche para deixar a filha e trabalhar.

Karen da Silva
Beneficiária do Cartão Creche e mãe da Sara.

Para a Sara, o melhor começa agora.

O GDF não parou de trabalhar para melhorar as nossas cidades e a vida das pessoas. É por isso que hoje você pode ver novos hospitais, UPAs, UBSs, tesourinhas reformadas e grandes obras como o Túnel de Taguatinga, que será inaugurado em breve. E programas sociais como o Prato Cheio, que foi ampliado para atender 100 mil famílias. Com novas entregas e conclusões de obras ao longo do ano, você vai ver: o melhor começa agora.